UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CHAPADINHA-CCCh
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

GREYTON SILVA COELHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a relevância e os obstáculos à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino regular

Chapadinha - MA

2025

GREYTON SILVA COELHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a relevância e os obstáculos à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino regular

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências de Chapadinha-CCCh, como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva
Coorientador: Prof. DSc (em curso) Mabson de J. G. dos Santos

Chapadinha - MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Coelho, Greyton Silva Coelho.
Educação Inclusiva : a relevância e os obstáculos à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino regular / Greyton Silva Coelho Coelho. - 2025.
33 f.

Coorientador(a) 1: Mabson de Jesus Gomes dos Santos Santos.
Orientador(a): Cláudio Gonçalves da Silva Silva.
Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha-ma, 2025.

1. Legislação. 2. Educação Regular. 3. Acessibilidade. 4. Atendimendo Educacional Especializado. I. Santos, Mabson de Jesus Gomes dos Santos. II. Silva, Cláudio Gonçalves da Silva. III. Título.

GREYTON SILVA COELHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a relevância e os obstáculos à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino regular

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências de Chapadinha-CCCh, como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em _____/_____/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva
Universidade Federal do Maranhão-UFMA
Centro de Ciências de Chapadinha-CCCh
Orientador

_____

Prof. Mabson de Jesus Gomes dos Santos
Doutorando em Educação - UNICRISTIAN
Coorientador

_____

Profa. Esp. Ana Caroline Lobo dos Santos
Especialista em Psicopedagogia Clínica
Escola “O Pequeno Príncipe”

Dedico este trabalho à nossa família, por toda a ajuda, pelo tempo de convívio abdicado e pela compreensão que em todos os momentos me foram concedidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela força que me deu durante a longa jornada do curso fazendo com que nos superasse os obstáculos que não foram poucos. O Pai que nos transmite de forma ampla a sabedoria e o conhecimento que até hoje nos remete para lutar por uma educação melhor e mais justa.

Aos meus amigos e colegas de sala de aula por compartilhar os seus conhecimentos, pela ajuda, paciência e muita dedicação aos trabalhos desenvolvidos em todo o nosso tempo de curso.

Aos professores que fizeram dos nossos conhecimentos uma linha de raciocínio em nossa vida profissional, e que estará sempre em minha vida, assim, fazendo florescer sabedorias e competências em cada trabalho educacional. A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente com os estudos e que ficará para sempre em meu trabalho acadêmico.

“Biologia é o estudo de coisas complicadas que têm a aparência de terem sido projetadas com um propósito.”. (Richard Dawkins, p. 29, 2017).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 09

2 REFERENCIAL TEÓRICO 10

2.1 A Educação Inclusiva 10

2.2 A relevância e as Dificuldades da Incorporação de Infantes e Jovens Com Deficiência na Educação Regular 13

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 25

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 26

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....28

REFERÊNCIAS..... 29

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A RELEVÂNCIA E OS OBSTÁCULOS À INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR

Greyton Silva Coelho, Claúdio Gonçalves da Silva, Mabson de Jesus Gomes dos Santos

Graduando em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas – Universidade Federal do Maranhão,
Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Chapadinha (CCCh).
Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola, Doutorando em Educação – UNICRISTIAN – Christian School of Orlando IIc

RESUMO

Este estudo, com uma abordagem bibliográfica exploratória, visa abordar a relevância e os obstáculos enfrentados na inclusão de crianças e adolescentes no sistema de ensino regular no Brasil. Para isso, o trabalho começa apresentando a história da educação inclusiva no país, fundamentando-se nas legislações relevantes, e prossegue discutindo a significância das práticas e das políticas públicas implementadas para efetivamente reduzir os desafios que esses alunos enfrentam, promovendo sua autonomia e participação integral no ambiente escolar regular.

Palavras-chaves: Legislação, Educação Regular, Acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE).

1 INTRODUÇÃO

A justificativa deste estudo está ligada à promoção da equidade entre jovens e adolescentes, assim como à clarificação das necessidades e do suporte que eles requerem no ambiente escolar. A inclusão de alunos com deficiência reflete o movimento de universalização da educação, reconhecida como um direito fundamental, que fortalece a prática da cidadania para pessoas com deficiência.

A inclusão envolve a criação de recursos e estratégias educacionais que sejam disponíveis a todos os alunos, superando quaisquer obstáculos que possam restringir a participação dos estudantes devido às suas especificidades. A educação inclusiva teve suas bases estabelecidas no Brasil no século XX (FIGUEIRA, 2017). Antes desse período, o sistema educacional brasileiro era dividido em duas vertentes: a escola

especial destinada a alunos com algum tipo de deficiência e o ensino regular para estudantes sem deficiência.

Após a adoção de leis, os alunos com deficiência começam a participar do ensino regular junto aos outros estudantes. Nesse sentido, torna-se evidente a importância de analisar quais são a significância e as dificuldades da inserção de crianças e adolescentes com deficiência no ensino convencional.

Assim, questiona-se: Qual é a relevância e os obstáculos enfrentados para a inserção da criança e do adolescente com deficiência na educação regular?

O propósito principal deste estudo é entender os desafios enfrentados para a efetiva integração de crianças e adolescentes com deficiência na educação regular.

Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Descrever a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação regular no Brasil; Reconhecer a relevância das práticas implementadas para uma inclusão efetiva desses alunos no ensino regular.

A hipótese apresentada neste estudo indica que a inserção de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino convencional é vista como um dos principais progressos. Isso se deve ao reconhecimento da relevância e da urgência de incluir este grupo por meio de legislações, políticas públicas, serviços especializados, uma equipe qualificada, e recursos pedagógicos e de acessibilidade. Como resultado, esses alunos conseguem se desenvolver integralmente, conquistando autonomia para participar ativamente tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Dessa forma, para tornar possível a verificação da hipótese, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica exploratória com enfoque qualitativo.

Na seção inicial, é apresentada a caracterização da inclusão de crianças e adolescentes no Brasil.

Na segunda seção, é feito um levantamento sobre a legislação brasileira com o objetivo de identificar os obstáculos, as políticas públicas e as práticas implementadas nas escolas para garantir uma inclusão efetiva de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação Inclusiva

A educação inclusiva é entendida como uma abordagem contemporânea de ensino que visa assegurar o direito à educação para todos, sem distinção de deficiência. Ela procura integrar o aluno no sistema educacional convencional e

pressupõe que haja igualdade de oportunidades para cada estudante. "A imagem a seguir representa o modelo de educação inclusiva que o Brasil almeja, um modelo que acolhe e respeita a todos, independentemente de suas particularidades."

Figura 1 –Educação Inclusiva

Fonte: INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL, 2021.

De acordo com a Constituição Federal (CF) do Brasil, de 1988, é desejável que a inclusão de estudantes com deficiência aconteça predominantemente nas classes regulares.

Conforme (MACIEL, 2019), uma escola inclusiva se caracteriza por ser acessível a todas as crianças e jovens, incluindo aqueles que apresentam alguma forma de deficiência. Ao interagir com todos os seus colegas, esses alunos não permanecem "isolados", mas recebem apoio, e essa ajuda pode ser fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A inclusão tornou-se mais relevante após a mobilização de movimentos tanto nacionais quanto internacionais que almejavam a criação de políticas voltadas para a integração e uma educação inclusiva. Seu clímax ocorreu em 1994, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, na qual participaram 88 países e 25 organizações internacionais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994 (BRASIL, 1994). Este evento ficou conhecido como a "Declaração de Salamanca",

que apresenta aspectos significativos que devem ser considerados para promover reflexões e transformações na realidade atual, que é tão desafiadora.

A Declaração de Salamanca afirma que todo jovem possui o direito a uma educação de qualidade que leve em consideração os interesses, características, competências e necessidades particulares de cada um, uma vez que cada processo de aprendizagem é singular. A convenção também sugere que estudantes com deficiência devem ter acesso ao ensino regular, que busque adequações dentro de uma Pedagogia que se concentre em satisfazer as necessidades das crianças e adolescentes (MACIEL, 2019).

De acordo com a segunda Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006), seu objetivo principal é promover a proteção e garantir que indivíduos com deficiência tenham as condições necessárias para um desenvolvimento pleno, assegurando que todos os direitos humanos sejam respeitados para que possam viver com dignidade e respeito. Segundo a convenção, uma pessoa é considerada com deficiência se ela enfrenta impedimentos de longo prazo, que podem ser físicos, mentais, sensoriais ou intelectuais. Essas limitações podem levar ao encontro de diversas barreiras que dificultam sua participação plena e efetiva em igualdade de condições com outras pessoas.

Nesse aspecto, a inclusão possui relevância, pois procura fundamentos legais como a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei de Diretrizes e Bases e a Declaração de Salamanca, visando lutar contra qualquer forma de discriminação, permitindo assim que todos tenham seus direitos respeitados em suas particularidades, para uma vida plena e efetiva.

Conforme indicado por FIGUEIRA (2017, p.15), a trajetória da educação no Brasil voltada para indivíduos com deficiência pode ser segmentada em três fases. A primeira fase se deu em 12 de setembro de 1854, quando o imperador Dom Pedro II, através de um decreto imperial, estabeleceu no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC), cujo objetivo é oferecer atendimento a crianças e jovens com deficiência visual.

O segundo período ocorreu entre aproximadamente 1957 e 1990, marcando a origem de campanhas especificamente voltadas para pessoas com deficiência. Essas iniciativas tinham como objetivo promover todas as ações essenciais para a educação e o suporte a esse grupo em todo o território nacional. Paralelamente a essas campanhas, havia insistências de organizações governamentais e filantrópicas, que faziam pressão

sobre o governo para assegurar mais dignidade a essas pessoas. Graças a essas demandas, esse grupo conseguiu um capítulo dedicado à educação da pessoa com deficiência na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 no Brasil.

Depois de muitos anos, o Governo Federal sancionou a Lei 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2001). Este plano definiu diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas ao longo de dez anos. A Educação Especial foi reconhecida como uma modalidade de ensino e, entre as diretrizes do PNE, destacou-se a plena inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Foi assegurado a esse grupo o direito de ser matriculado, sempre que possível, preferencialmente nas escolas regulares junto a todos os alunos considerados "normais".

Por um longo período, a Educação Especial foi percebida como um modelo educacional de orientação médica, no qual equipes multidisciplinares, compostas por profissionais da saúde e da educação, colaboravam para capacitar e incluir crianças e adolescentes com deficiência na sociedade. Contudo, foi a partir do terceiro momento, com a Proclamação da Declaração de Salamanca em 1994 (Brasil, 1994), que esse grupo alcançou uma importante vitória: a ratificação de um compromisso para uma educação eficaz, reconhecendo a necessidade da pessoa com deficiência de se relacionar com todos.

Assim, um novo conceito emergiu: a inclusão escolar e social. Este novo paradigma trouxe transformações significativas para as pessoas com deficiência, que anteriormente eram forçadas a se adaptar para coexistir na sociedade. Agora, com a inclusão escolar e social, as iniciativas se alteram, e a sociedade assume a responsabilidade de se preparar para acolher indivíduos com deficiência.

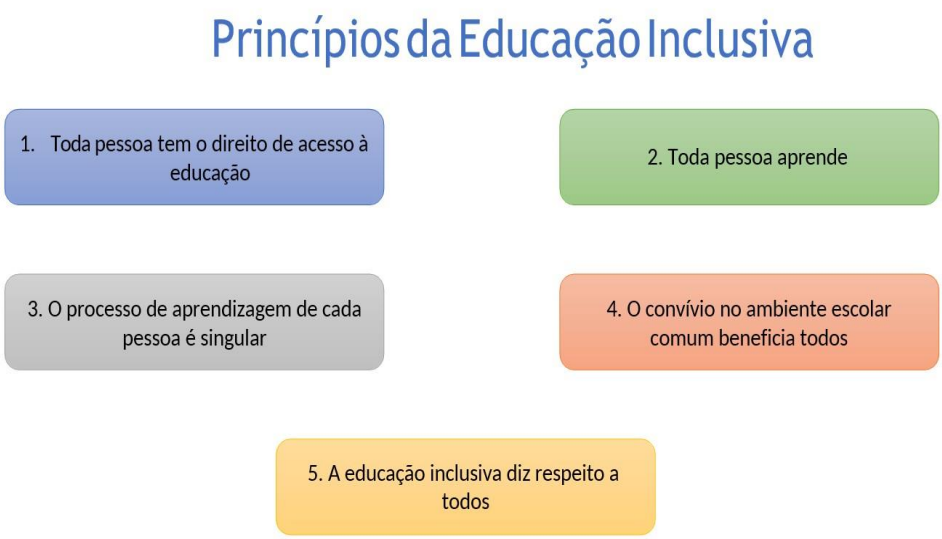
2.2 A relevância e as Dificuldades da Incorporação de Infantes e Jovens Com Deficiência na Educação Regular

A educação inclusiva pode ser entendida como uma abordagem de ensino que se manifesta na sociedade atual, tendo como seus principais fundamentos a garantia de uma educação de qualidade e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Esta abordagem gera mudanças tanto sociais quanto governamentais, assegurando o acesso e a continuidade sem qualquer forma de discriminação.

De acordo com ANDRADE (2020), a educação inclusiva se baseia em cinco princípios: em primeiro lugar, toda pessoa tem o direito de acessar a educação; em segundo, todos têm a capacidade de aprender; em terceiro, o processo de aprendizado

é singular para cada indivíduo; em quarto, a convivência em ambientes de ensino regulares traz benefícios a todos; e, por último, a educação inclusiva é pautada pela inclusão de todos. “A ilustração a seguir apresenta os principais fundamentos da educação inclusiva. ”

Figura 2 – Princípios da Educação Inclusiva



Fonte: GRAN CURSOS, 2021.

Dessa forma, é fundamental destacar os progressos que a inclusão alcançou no país, especialmente no que se refere às legislações. Em 1961, aconteceu a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), (Brasil, 1961), e, pela primeira vez na história do Brasil, essa lei conferiu à pessoa com deficiência artigos que propõem alguns direitos relacionados à educação. De acordo com o art. 88º, "A educação de excepcionais deve, sempre que possível, se adaptar ao sistema geral de educação, com a finalidade de integrá-los à comunidade".

Em 1971, o país enfrentou um golpe militar, mas mesmo durante esse período conturbado, a LDB foi modificada. A anterior legislação foi substituída pela Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971), que novamente aborda a educação de pessoas com deficiência. Conforme o artigo 9º, “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, aqueles que estejam em atraso significativo em relação à idade apropriada para matrícula e os superdotados devem receber atenção especial”. É importante destacar que tanto a primeira quanto a segunda lei não possibilitaram a integração de indivíduos com deficiência na educação regular; ao contrário, a nova legislação

sugeriu a criação de Conselhos de Educação com a finalidade de estabelecer maneiras de acolher crianças e adolescentes em instituições de ensino especial.

Em 1988, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) apresenta uma perspectiva receptiva em relação à educação no país. Ela estabelece que a educação é um direito social e, no seu artigo 205º, afirma que "A educação, um direito de todos e um dever tanto do Estado quanto da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

De acordo com a Constituição Federal, a educação será obrigatória para todos os alunos com idades que variam de 4 a 17 anos. Além disso, o artigo 5º evidenciará a necessidade de que as pessoas com deficiência sejam incluídas fisicamente nas instituições de ensino regulares. Em 1989, com a promulgação da Lei nº 7.853, foi criada uma legislação no Brasil que visa facilitar a inclusão social das pessoas com deficiência. No âmbito educacional, por exemplo, o texto abordará a responsabilidade de oferecer educação especial tanto em escolas públicas quanto privadas. A lei também estipulará que as instituições de ensino devem inscrever alunos "em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares para aqueles que possuem deficiência e são capazes de se integrar ao sistema de ensino regular". Contudo, o texto sancionado apresentava consideráveis lacunas, permitindo assim que o público com deficiência fosse separado dos demais estudantes sem deficiência. Isso porque a legislação não exigia que as escolas implementassem a educação inclusiva.

Em 1990, a Lei nº 8.069, popularmente chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (BRASIL, 1990), irá assegurar, entre outras coisas, a oferta de atendimento educacional especializado para crianças e adolescentes com deficiência, preferencialmente no ensino regular. O ECA também irá definir quem é considerado criança e adolescente; segundo o texto, pessoas de zero a doze anos incompletos são classificadas como crianças, enquanto aquelas de doze anos completos até dezoito são identificadas como adolescentes.

Em 1994, com a introdução do Plano Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), houve, lamentavelmente, um retrocesso em relação às legislações sobre inclusão, uma vez que o PNEE propôs a "integração instrumental. " Essa abordagem condicionou o acesso às salas regulares de ensino apenas aos alunos que apresentassem habilidades para acompanhar o ritmo e as atividades dos alunos sem

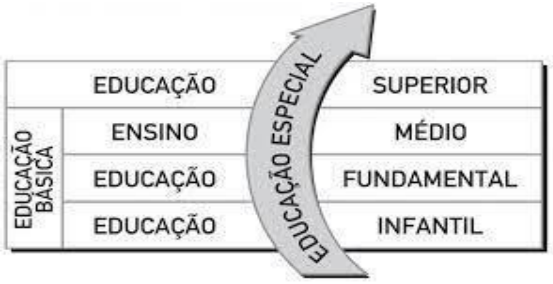
deficiência. A legislação reitera a homogeneidade profundamente arraigada na sociedade brasileira.

Conforme estipulado na Constituição Federal, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi instaurada no ano de 1996, (BRASIL, 1996), com a finalidade de assegurar uma educação de qualidade e gratuita para todos os alunos. A LDB, assim como a Constituição, reafirmará em seu artigo 4º, inciso III, o "atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, prioritariamente na rede regular de ensino". Haverá um capítulo dedicado exclusivamente à Educação Especial. A legislação também declarará que, sempre que necessário, deverão ser utilizados serviços de apoio especializado para atender às exigências das pessoas com deficiência. Além disso, o texto prevê a formação de professores, bem como a adaptação de currículos e técnicas, a fim de contribuir da melhor forma para a plena educação desses alunos.

Em 1999, o decreto nº 3298 (BRASIL, 1999) estabelece a Política Nacional para a inclusão da pessoa com deficiência. Esta legislação visa solidificar os princípios de proteção, tendo como objetivo promover a participação integral das pessoas com deficiência no "contexto socioeconômico e cultural" do país. No que se refere à educação, o documento ressalta que a Educação Especial é uma forma de ensino que deve abranger todos os graus, modalidades e níveis educacionais.

Em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001). Este plano sugere mais de 29 metas e objetivos direcionados a crianças e adolescentes com deficiência. Entre as metas apresentadas, o documento estabelece que a Educação Especial, uma modalidade da educação básica, deve assegurar a inclusão de alunos com diferentes tipos e graus de deficiência nas escolas regulares. "A ilustração a seguir demonstra a forma adequada de compreender e oferecer a educação especial dentro do sistema educacional brasileiro".

Figura 3 – Educação Especial



Fonte: INSTITUTO ITARD, 2021.

No ano de 2001, a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2001) estabelece diretrizes nacionais para a educação básica no Brasil. O foco principal será garantir a matrícula de alunos com deficiência nas instituições de ensino, sendo responsabilidade das escolas se organizarem para atender os estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo assim as condições essenciais para uma educação de qualidade para todos.

Em 2002, a Resolução nº 1/2002 estabelecerá diretrizes curriculares nacionais com a finalidade de aprimorar a formação de professores na educação básica. No tocante à educação inclusiva, a resolução indicará que a formação deve abranger "conhecimentos acerca de crianças, adolescentes, jovens e adultos, incluindo as particularidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais". Também em 2002, a Lei nº 10.436 reconhecerá a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um meio oficial de comunicação. "A imagem a seguir representa um intérprete de LIBRAS atuando no ensino regular. A implementação da LIBRAS nas aulas busca promover a inclusão e a autonomia do aluno com deficiência".

Figura 4 – LIBRAS

Fonte: EDUCAÇÃO-INCLUSIVA, 2021

. Em 2006, foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), conforme o MEC (2006). Este plano foi elaborado em conjunto com outros órgãos e tem como foco a incorporação de temas relacionados à inclusão de pessoas com deficiência nos currículos das instituições de ensino.

Em 2007, a legislação passou a prever o Plano Nacional de Educação (PDE), que visa aprimorar as condições de infraestrutura das redes de ensino, abordando aspectos como construções, acessibilidade e capacitação dos profissionais da educação, entre outros pontos. Nesse mesmo ano, um novo decreto, o nº 6.094/07 (BRASIL, 2007), foi

promulgado, que estabelece o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, um documento que ressalta e promove a inclusão de crianças e adolescentes no sistema educacional.

Em 2008, a educação inclusiva alcançou um marco significativo com a elaboração do Plano Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), (BRASIL, 2007), que visa implementar políticas públicas que assegurem uma educação de qualidade para todos os alunos.

Em 2014, foi implementado o Plano Nacional Educacional (PNE), (BRASIl, 2014), que introduziu uma meta específica voltada para crianças e adolescentes com deficiências. A quarta meta desse plano busca a universalização do acesso à Educação Básica, também priorizando o atendimento especializado em instituições regulares. Ademais, o plano propõe a criação de um sistema educacional inclusivo, que possua salas ou turmas equipadas com recursos multifuncionais. “A ilustração a seguir exemplifica uma sala de recursos onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)”.

Figura 5 – Sala de Recursos

Fonte: GOOGLE FOR EDUCATION

O PNE também apresenta abordagens que visam ajudar os sistemas de ensino a atingirem com eficácia as metas definidas. Entre essas abordagens estão a criação de salas de recursos multifuncionais e a capacitação contínua dos professores para o atendimento educacional especializado (AEE).

É amplamente reconhecido ao longo da trajetória da educação no Brasil que os indivíduos com deficiência conquistaram significativos avanços através de legislações e políticas públicas. Entretanto, mesmo com esses avanços, persistem inúmeros obstáculos para a integração de crianças e adolescentes nas escolas regulares. De acordo com ANDRADE (2020), ao discutir a escola inclusiva, é fundamental entender que essa

inclusão não se resume apenas à formalização da matrícula. A verdadeira inclusão transcende a mera presença de alunos com deficiência no ambiente educacional. Uma escola inclusiva implica, também, na oferta de todas as adaptações necessárias para o desenvolvimento do aluno, englobando aspectos como a infraestrutura física, o currículo, as abordagens pedagógicas, a gestão administrativa, entre outros, que são essenciais para atender às especificidades de cada estudante.

Assim, é fundamental ressaltar a relevância das estratégias implementadas na escola para garantir a verdadeira inclusão de crianças e adolescentes, com o objetivo de reduzir as dificuldades que eles enfrentam na educação convencional. Ao abordar inclusão e a diminuição de obstáculos, é imprescindível discutir a acessibilidade, pois esta será a chave para remover as barreiras que pessoas com deficiência enfrentam, além de assegurar o direito a uma vida independente e autônoma. Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD):

> A acessibilidade refere-se à capacidade e condição de acesso para o uso, de maneira segura e autônoma, de ambientes, móveis, infraestrutura urbana, edificações, transportes, informações e comunicações, incluindo seus sistemas e tecnologias, além de outros serviços e locais disponíveis ao público, sejam eles de uso público ou de uso coletivo privado, tanto em áreas urbanas quanto rurais, para indivíduos com deficiência ou com mobilidade limitada.(Art. 3° do Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei° 13.146/2015).

A acessibilidade é uma ferramenta fundamental para que pessoas com deficiência possam aproveitar melhor a vida e ter mais qualidade de vida. Ela deve estar presente em todos os ambientes físicos e tecnológicos. De acordo com a ENAP (2017), a acessibilidade permite que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais, sejam protagonistas de suas próprias histórias. Isso porque a acessibilidade é um direito que foi conquistado e tem como objetivo garantir segurança, autonomia e confiança. Nas escolas, ela deve acontecer através da inclusão de materiais que permitam que crianças e adolescentes participem de todos os ambientes escolares. A seguir, há uma imagem que mostra algumas ferramentas de acessibilidade, criadas para ajudar a reduzir as dificuldades enfrentadas por essas pessoas.

Figura 6 - Recursos de acessibilidade.

Fonte: GOOGLE CLASSROOM

As barreiras de atitude são fundamentais para a superação de obstáculos, pois elas favorecem a prática da inclusão. Essas barreiras consistem em comportamentos, posturas, rótulos e preconceitos profundos que podem restringir e isolar indivíduos com deficiência da comunidade.

Conforme afirmam RIBEIRO E SANTOS (2017), nem sempre essas barreiras são reconhecidas ou intencionais, o que faz com que se perpetuem na sociedade. Exemplos de barreiras atitudinais incluem o uso de rótulos, apelidos depreciativos, a falta de conhecimento sobre as capacidades do aluno com deficiência e a compaixão excessiva que tem a intenção de proteger o estudante, entre outros.

Portanto, para que ocorra a superação das barreiras atitudinais, é fundamental que a sociedade esteja ciente do tema e, assim, descubra formas de promover mudanças tanto sociais quanto individuais. Isso porque, para ser verdadeiramente inclusiva, a escola precisa adotar diversas estratégias que visem eliminar todas as barreiras presentes, assegurando a total participação do aluno com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial estabeleceu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de criar alternativas que permitam ao aluno com deficiência alcançar maior autonomia na Educação Básica (BRASIL, 2008). De acordo com essas diretrizes, é imprescindível que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação sejam inscritos nas escolas regulares, e que essas instituições ofereçam o atendimento educacional especializado AEE, assegurando assim o acesso e as condições necessárias para uma educação de qualidade.

O AEE visa reconhecer, classificar e desenvolver materiais pedagógicos e de acessibilidade, com o intuito de remover os obstáculos à total participação de crianças e

adolescentes com deficiência, tanto em ambiente escolar quanto fora dele. É importante não confundir o AEE com aulas de reforço, pois se trata de um atendimento que complementa e/ou suplementa a educação do estudante com deficiência, visando promover sua autonomia e independência na sociedade.

De acordo com o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), que trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE), definem-se como serviços e recursos da educação especial aqueles que garantem o acesso ao currículo através da promoção da acessibilidade aos materiais pedagógicos, às instalações e aos equipamentos, além dos sistemas de comunicação e informação e do conjunto de atividades escolares.

O atendimento educacional é realizado preferencialmente fora do horário das aulas na escola que o aluno frequenta, mas também pode ocorrer em centros de atendimento especializados, tanto públicos quanto privados. Entretanto, se for em instituições privadas, estas devem ser sem fins lucrativos e devem ter um convênio com a Secretaria de Educação.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é preferencialmente efetuado em salas de recursos multifuncionais, que são ambientes equipados tanto material quanto pedagogicamente, além de oferecer acessibilidade e ferramentas específicas para atender os alunos que fazem parte da educação especial. O foco desse atendimento são os estudantes com deficiências, aqueles que apresentam transtornos globais do desenvolvimento, e os que possuem altas habilidades ou superdotação. Para que os professores possam atuar neste âmbito do AEE, é essencial que possuam formação específica, seja inicial ou continuada, na área de educação especial.

Entre as diversas abordagens para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, chamam a atenção as Tecnologias Assistivas (TA), que incluem recursos e/ou serviços destinados a aumentar as capacidades da pessoa com deficiência. "A imagem a seguir apresenta alguns exemplos de Tecnologias Assistivas que podem ser empregadas para reduzir os obstáculos enfrentados pela criança ou adolescente com deficiência na educação regular."

Figura 7 – Tecnologia Assistiva

Fonte: GOOGLE CLASSROOM

Conforme SARTORETTO E BERCH (2021), as tecnologias assistivas podem ser caracterizadas como qualquer elemento desenvolvido para proporcionar à pessoa com deficiência uma vida plena e autônoma. Os recursos incluem qualquer item, ferramenta ou produto confeccionado de forma específica para ajudar e incrementar a funcionalidade da pessoa com deficiência, podendo variar desde um brinquedo simples até sofisticados dispositivos de comunicação.

Os serviços se referem às ofertas direcionadas a esse público, com o objetivo de resolver as dificuldades que eles enfrentam. Os serviços de tecnologia assistiva normalmente são transdisciplinares, abarcando várias áreas como educação, psicologia, arquitetura, fonoaudiologia, entre outras. A implementação da tecnologia assistiva no contexto escolar busca reduzir as barreiras que esses estudantes encontram, já que isso potencializa suas habilidades funcionais.

Conforme mencionado por SARTORETTO E BERCH (2021), a aplicação da tecnologia assistiva (TA) na educação é considerada efetiva apenas quando ela promove de maneira significativa a inclusão do aluno com deficiência no cumprimento de atividades educativas. Assim, no contexto educacional, a tecnologia é tida como assistiva quando é evidente que a criança ou o jovem requer o suporte da TA, e a ausência desse recurso compromete o progresso do estudante ou até mesmo impede sua participação em uma atividade específica.

SARTORETTO E BERCH (2021) afirmam que a tecnologia assistiva em instituições de ensino público é sustentada pelos programas de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) e pelo Plano de Ações Articuladas (PAR). Os SRMF e o PAR são espaços que o educador da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

utilizará para atender crianças e adolescentes com deficiência. Para que o docente tenha acesso à tecnologia assistiva, é necessário que ele reconheça as necessidades do aluno. A tecnologia assistiva será empregada tanto pelo estudante quanto pelo professore, com o objetivo de promover a autonomia e a superação de todas as barreiras que ele enfrenta.

Conforme ELZABEL (2009), mesmo que a educação inclusiva no ensino regular disponibilize diversos serviços, caso o aluno precise de um suporte especializado para obter um aprendizado eficaz, é possível empregar os recursos de Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Isso envolve proporcionar acessibilidade ao estudante que enfrenta desafios no processo de aprendizagem.

O NEE tem como finalidade solicitar algumas alterações ou adaptações adicionais no contexto educacional, com o objetivo de capacitar os alunos a se tornarem mais autônomos e independentemente capazes de alcançar seu total potencial.

Para mitigar os desafios enfrentados por crianças e adolescentes com deficiência, as TICS também podem ser empregadas. “A imagem a seguir representa a aplicação de determinadas Tecnologias da Informação e Comunicação”.

Figura 8 – TICS

Fonte: GOOGLE CLASSROOM

Atualmente, há um debate considerável sobre como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) podem ser aplicadas nos processos de aprendizado dos estudantes. Quando utilizadas de maneira planejada e apropriada, essas tecnologias podem impulsionar o progresso e o aprendizado de alunos com deficiência, além de apoiá-los no processo de inclusão escolar.

De acordo com RENATA (2014), não apenas os computadores, mas também as diversas mídias disponíveis têm o potencial de criar situações de aprendizagem que tornam a construção do conhecimento mais atraente, significativa, participativa e colaborativa para todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência. Isso porque as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) podem ajudar estudantes a superar desafios relacionados à mobilidade, limitações físicas ou questões de discriminação social.

De acordo com a LDB (1996), para que os alunos possam se desenvolver de maneira integral, é fundamental que contem com uma equipe pedagógica capacitada. Os sistemas de ensino têm a obrigação de garantir aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação os recursos educacionais e as estruturas necessárias para atender às suas necessidades. Além disso, é necessário que os professores possuam as qualificações adequadas para oferecer um atendimento especializado que promova a inclusão desses alunos em salas de aula regulares.

Para que o processo integrado de inclusão seja completo, é essencial que, além das práticas inclusivas implementadas pela escola e pelas autoridades, haja uma colaboração entre a escola e a família do aluno. A instituição de ensino, ao receber o estudante, deve também envolver seus familiares, pois é no ambiente familiar que o aluno aprende os primeiros princípios sociais, culturais e históricos.

Conforme apontam SARTORETTO E BERCH (2021), a participação da família na trajetória acadêmica do aluno oferece contribuições significativas para seu desenvolvimento motor, psicológico e cognitivo. Isso possibilita a adaptação, suplementação e complementação de técnicas e métodos que favorecem a inclusão tanto dentro quanto fora da escola.

Conforme NEVES (2020), para que ocorra a inclusão, é fundamental que as instituições eliminem quaisquer práticas e ações que possam dividir as pessoas. Em outras palavras, para que a escola realmente seja inclusiva, deve abandonar seus antigos costumes de segregação e se adaptar a um novo modelo educacional.

Dessa forma, para promover a inclusão, a escola deve dispor de uma estrutura que esteja ajustada para atender ao seu público. Desde o corpo docente até as instalações físicas e métodos pedagógicos, tudo deve ser diferenciado; portanto, é imprescindível que a instituição seja moldada para incluir e atender a todos, sem

distinção. De acordo com o MEC (2004), uma escola inclusiva é aquela que oferece ensino de qualidade a todos os alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade, pois entende que cada indivíduo possui potenciais e necessidades únicos.

Portanto, a criação de uma escola inclusiva, em conformidade com as leis, deve ser realizada por meio de mudanças no ambiente social, educacional e nas atitudes. Assim, a valorização da educação inclusiva através de ações, práticas e legislações é fundamental para assegurar o atendimento adequado das crianças e adolescentes com deficiência na educação regular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória com uma abordagem qualitativa. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a literatura já publicada relacionada ao tema em questão. Esse tipo de investigação traz à tona todos os estudos que já foram divulgados na literatura científica, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, gravações, rádio, televisão, entre outros. O objetivo principal é proporcionar ao pesquisador um acesso direto a tudo que foi escrito, falado ou gravado sobre um dado assunto.

De acordo com GIL (2002), a pesquisa exploratória visa permitir uma conexão mais próxima com o assunto, fato ou questão em análise. “Seu planejamento é, assim, bastante adaptável, permitindo a inclusão de diversos aspectos relacionados ao fenômeno examinado.” Frequentemente, é viável empregar diferentes métodos para a obtenção de dados, uma vez que essa modalidade de pesquisa é maleável; os dados coletados podem incluir revisão de literatura e entrevistas com pessoas que já tiveram vivências relacionadas ao problema abordado.

Abordagem para essa pesquisa é a qualitativa, segundo LAKATOS E MARCONI (2003) a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como princípio, analisar e interpretar aspectos de forma mais profunda, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

O tema selecionado para esta pesquisa é a relevância e os obstáculos da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares. A coleta de informações ocorreu entre abril e maio de 2025, utilizando como critério de inclusão artigos, legislações e livros que abordassem a educação inclusiva e as metodologias

aplicadas no ensino regular no Brasil. As fontes consultadas abrangem o período de 1824 a 2021, e as palavras-chave utilizadas nas análises foram inclusão, ensino regular, necessidades educacionais, rede de apoio a pessoas com deficiência, formação de professores, acessibilidade, tecnologias assistivas, TICs e AEE. A meta da pesquisa é destacar a importância e as barreiras relacionadas à inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino regular, buscando reflexões que ajudem na formulação de práticas pedagógicas inclusivas.

As informações foram organizadas com base na análise das legislações mais relevantes que abordam a educação inclusiva ao longo dos anos e, através da literatura, foram identificados os principais obstáculos que os estudantes com deficiência enfrentam para alcançar seu pleno desenvolvimento na escola regular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em virtude de todo o conteúdo empregado na realização da pesquisa bibliográfica, acompanhada de suas devidas referências, foi possível, através das legislações, explorar a trajetória da inclusão no Brasil, as práticas implementadas e também os obstáculos enfrentados por crianças e adolescentes com deficiência no país.

A educação inclusiva é considerada uma abordagem educacional que visa assegurar o direito à educação para todos, sem levar em conta suas especificidades. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a meta da inclusão é integrar o aluno com deficiência na educação regular, assegurando igualdade de oportunidades.

MACIEL (2019) também menciona a relevância da escola inclusiva, que acolhe toda a diversidade humana. Para a autora, ao interagir com todos, as crianças e adolescentes com deficiência não permanecem “isolados”, mas sim recebem apoio. Esse apoio pode ter um papel significativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para entender a educação inclusiva na contemporaneidade, é necessário revisitar a trajetória dessa conquista. No Brasil, durante o século XIX, surgiram grupos de assistência destinados a pessoas com deficiência. No entanto, foi apenas no século XX que essas pessoas puderam acessar a educação formal.

FIGUEIRA (2017) sustenta que a trajetória da educação no Brasil voltada para indivíduos com deficiência pode ser segmentada em três fases. A fase inicial teve lugar em 12 de setembro de 1854, quando o imperador Dom Pedro II, através de um decreto imperial, estabeleceu no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos

Cegos, atualmente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC), que visa atender crianças e jovens com deficiência visual.

O segundo período ocorreu entre 1957 e 1990, quando surgiram campanhas especificamente voltadas para indivíduos com deficiência, com o objetivo de promover todas as ações necessárias para a educação e o suporte desse grupo em todo o país. Devido a essas iniciativas, em 1961 foi instaurada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1961), na qual, pela primeira vez na história do Brasil, esse grupo ganhou artigos que estabeleciam alguns direitos relacionados à educação. Em 1971, a primeira Lei foi substituída pela segunda Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), que também incluía artigos voltados para a educação de pessoas com deficiência. Segundo o artigo 9º, "Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, aqueles que estão em atraso considerável em relação à idade apropriada para matrícula e os superdotados devem receber um tratamento especial." É evidente que, apesar das mudanças legais, nem a primeira nem a segunda lei garantiam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

Por um longo período, a Educação Especial foi percebida como um modelo educacional de cunho médico, onde equipes interdisciplinares, compostas por profissionais da saúde e da educação, colaboravam para capacitar e integrar crianças e jovens com deficiência na sociedade.

De acordo com a autora FIGUEIRA (2017), foi a partir do terceiro momento, com a promulgação de algumas legislações, que esse grupo começou a experimentar avanços significativos, com a afirmação da inclusão para uma educação efetiva, reconhecendo a necessidade das pessoas com deficiência de interagir com todos. Um novo conceito surgiu: a inclusão educacional e social, que trouxe transformações importantes para esse público. A Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, recomenda a inserção das pessoas com deficiência nas instituições de ensino regulares.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996), em seu artigo 4º, reafirma a oferta de “atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Conforme mencionado por ANDRADE (2020), ao discutir escola inclusiva, é crucial entender que isso não se limita apenas à matrícula efetiva, pois a inclusão transcende a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular. Uma escola inclusiva também implica na disponibilização de todas as adaptações essenciais para o progresso do aluno, incluindo aspectos como a infraestrutura, o currículo, a pedagogia

e a administração, entre outros, que sejam necessários para atender às especificidades do estudante.

NEVES (2020) também afirma que, para que a inclusão aconteça, é essencial que as instituições eliminem todas as práticas e ações que possam dividir as pessoas. Em outras palavras, para que a escola realmente seja inclusiva, é preciso que abandone seus antigos hábitos e costumes de segregação, adaptando-se a um novo modelo educacional.

Assim, é fundamental destacar a relevância das práticas implementadas na escola para garantir a inclusão efetiva de crianças e adolescentes, visando reduzir os obstáculos que enfrentam no ensino regular.

Conforme mencionado por (ENAP, 2017), RIBEIRO E SANTOS (2017), Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), e SARTORETTO E BERCH (2021), a implementação de um processo abrangente de inclusão exige o emprego de instrumentos como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Atendimento Educacional Especializado (AEE), acessibilidade, Tecnologias Assistivas e necessidades educacionais especiais (NEE), dentre outros. Estas ferramentas são essenciais para proporcionar o suporte necessário à autonomia dos alunos com deficiência. Além das metodologias inclusivas aplicadas pelas instituições de ensino, é crucial a colaboração entre a escola e as famílias, assim como o investimento na formação contínua dos professores, pois são eles que desempenharão o papel de mediadores na educação dos estudantes com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão destacou a relevância e os obstáculos enfrentados na inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino regular. A escolha desse tema foi justificada pela necessidade de promover práticas e políticas públicas que ajudem no suporte e no completo desenvolvimento desses alunos, visando reduzir as dificuldades que eles encontram na educação convencional.

Nessa ótica, o estudo realizado procurou responder à seguinte questão: Qual é a relevância e os obstáculos para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola convencional? O objetivo foi compreender os desafios enfrentados para apoiar crianças e adolescentes com deficiência no sistema educacional regular. Para isso, duas partes foram desenvolvidas para abordar: a descrição da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação regular no Brasil e a análise da legislação

brasileira no intuito de identificar os desafios adotados para uma integração efetiva desses indivíduos no ensino convencional.

A educação inclusiva emerge no país como uma abordagem contemporânea de ensino, motivada pela necessidade de assegurar o direito à educação a todos os alunos, independente de quaisquer deficiências. Seu intuito é integrar o aluno ao sistema regular de ensino, garantindo que ele tenha acesso a oportunidades iguais.

Sobre as legislações e práticas implementadas no Brasil, que visam minimizar as barreiras enfrentadas por crianças e adolescentes inseridos na escola regular, este estudo revela que a inclusão é vista como um dos principais progressos. Isso se deve ao reconhecimento da relevância e da urgência de incorporar esse grupo à sociedade, por meio de leis, políticas públicas e atendimentos especializados, como a presença de equipes capacitadas, recursos pedagógicos adequados e acessibilidade. Assim, esses alunos conseguem desenvolver-se de maneira integral.

À luz das teorias examinadas na base teórica desta investigação bibliográfica exploratória, é possível afirmar que os objetivos gerais e específicos foram atingidos.

Embora os benefícios da inclusão sejam evidentes para todos os estudantes, esta pesquisa bibliográfica exploratória permite a progressão em novas investigações.

Assim, como recomendações para estudos futuros, propõe-se a realização de investigações mais detalhadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. **Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadora.** Brasília- DF. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF Senado, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF MEC, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Brasília**,** DF MEC, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 3.298– Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, DF Planalto, 1999.

BRASIL. **lei nº 8.069/90– Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF.

BRASIL. **lei nº 7.853/89– Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília, DF.

BRASIL. **lei nº 4024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF LDB 1961.

BRASIL. **lei nº 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF LDB 1971.

BRASIL. **lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 capítulo v da educação especial.** Brasília, DF LDB 1996.

BRASIL. **Programa de inclusão da pessoa com deficiência.** Brasília, DF INAP, 2017.

BRASIL. **lei nº 10.172– Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF Planalto, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, DF MEC/SEESP, 1994.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS Eva Maria, MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo Editora Atlas s.a. 2003.

MACIEL. Maria REGINA CAZZANIGA. **Portadores de Deficiência a questão da inclusão social.** São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2019.

NEVES, Renan Bezerra. **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR. S**ão Paulo. 2020.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, março de 2017. ISSN:2448-0959.

RENATA, Patrícia Edí. **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO CONTEXTO ESCOLAR.** São Paulo 2014.

SARTORETTO, Mara Lúcia. BERSCH, Rita. **Assistiva Tecnologia e Educação.** Porto Alegre 2021.

ANEXOS

TEMPLATE ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

APRESENTAÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do(s) organizadores

CAPÍTULO

Fonte em caixa alta, tamanho 12. Centralizado e em negrito. Numerar capítulo

TÍTULO DO TRABALHO

Fonte em caixa alta. Centralizado e em negrito. Nomes científicos em itálico.

Exemplo:

CAPÍTULO 01:

LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nome completo do(s) autor(es), *até 8 autores*. Fonte 12. Centralizado.

(Exemplo: Regina Alves Gomes[1]; Henrique Pabbes Nobre[2])

Titulação ou Vínculo institucional. Fonte 10. Centralizado. Espaçamento simples.

(Exemplo: [1]Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Amazonas; [2] Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal Mato Grosso. Professor Adjunto do Curso de Letras da Universidade Federal de Amazonas)

Resumo: (até 200 palavras em um parágrafo com espaçamento simples)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Palavras-Chave: Até 4 palavras, separadas por ponto e vírgula.

INTRODUÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

METODOLOGIA (opcional)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DESENVOLVIMENTO (podes utilizar outro termo, como Resultados e Discussão, dentre outros)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou se preferir CONCLUSÃO)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

REFERÊNCIAS (deve seguir das Normas da ABNT: NBR 6023 – 2018, que trata da Informação e documentação — Referências — Elaboração)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ALFA CIÊNCIA
EDITORA